

PROGRAMA MS ALFABETIZA EM FOCO (2022–2025): ENTRE CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES

Walquiria Sanches Gonzalez¹

Eixo 2 – Educação e Políticas Educacionais

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo o Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”, política pública implementada no estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo foi mapear e analisar a produção acadêmica sobre o referido programa, entre os anos de 2022 e 2025, buscando identificar as temáticas predominantes e as contribuições críticas dos estudos. A metodologia adotada consistiu em um levantamento bibliográfico em bases acadêmicas nacionais (Google Acadêmico, SciELO, Catálogo da CAPES, Sucupira e repositórios institucionais), identificando nove produções (sete artigos e duas dissertações) diretamente relacionadas ao tema. Os resultados foram organizados em quatro grandes eixos: formação de professores; análise da trajetória das políticas públicas; práticas pedagógicas de leitura e escrita; e avaliações externas. As análises revelam que, embora o programa tenha promovido ações de formação continuada e buscado responder aos prejuízos de aprendizagem no pós-pandemia, sua implementação está fortemente marcada por lógicas gerencialistas e meritocráticas, que limitam a autonomia docente e priorizam resultados em avaliações externas. Além disso, observou-se o avanço de parcerias público-privadas, reforçando processos de privatização simbólica e ideológica da educação pública. Conclui-se que a produção científica recente sobre o MS Alfabetiza contribui para uma leitura crítica da política, evidenciando suas potencialidades e contradições, e ressaltando a importância de repensar práticas formativas e avaliativas alinhadas a uma concepção emancipadora da alfabetização.

Palavras-chave: Programa MS Alfabetiza; Política Educacional; Alfabetização.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento das produções acadêmicas relacionadas ao objeto de estudo: o Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”. Trata-se de uma política pública desenvolvida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, criada durante a gestão do ex-governador Reinaldo Azambuja (2015–2022) e atualmente mantida sob o governo de Eduardo Corrêa Riedel. Em 2023, o programa passou a integrar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), política lançada pelo Ministério da Educação, com foco na alfabetização na idade certa.

Para fundamentar este levantamento, torna-se essencial compreender os conceitos de “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento”, a fim de definir qual abordagem é mais adequada à natureza da pesquisa. A realização de uma revisão bibliográfica criteriosa é essencial para identificar o que já foi produzido por outros pesquisadores, considerando que, embora os dois termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, apresentam diferenças conceituais que devem ser levadas em conta.

Nesse sentido, o artigo “O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento”, de Silva, Souza e Vasconcellos (2020), oferece uma contribuição relevante ao esclarecer que ambas as abordagens se referem a estudos que sistematizam produções acadêmicas dentro de um recorte temporal, contemplando também o percurso histórico das publicações. Embora compartilhem o objetivo de revisitar a trajetória do objeto de estudo – num movimento reflexivo de ‘olhar para trás’, que favorece a organização, o acesso e a democratização do conhecimento –, as diferenças conceituais entre elas ainda suscitam debates. Neste trabalho, embora o início da análise se alinhe ao caráter inventariante do “Estado do Conhecimento”, busca-se avançar para uma investigação mais aprofundada ao longo da pesquisa.

¹ Acadêmica do curso Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de estudos e pesquisas em políticas educacionais, formação docente e educação (GEPEFE).

Para aprofundar a definição de “Estado da Arte”, as autoras recorrem às contribuições de estudiosos como Brandão et al. (1986), Ferreira (2002) e Romanowsky & Ens (2006). Segundo esses autores, o conceito — oriundo da literatura científica americana — refere-se ao mapeamento de produções acadêmicas existentes sobre um determinado objeto de pesquisa, reunindo estudos já realizados dentro de uma área específica. Embora os pontos de vista se complementem ao ressaltar o caráter descritivo e inventariante dessa abordagem, os autores alertam para a importância de um olhar crítico sobre as condições de produção do conhecimento, acompanhando sua evolução e reconhecendo seu valor histórico. As autoras concluem que:

Esse termo tem sido utilizado nas pesquisas bibliográficas na área da Educação, Ciências Sociais e Saúde. Assim sendo, o Estado da Arte resultam de um vasto acervo de diferentes tipos de pesquisas, com ênfases, graus de aprofundamento e registros diversos. Essa modalidade de revisão bibliográfica nos permite um diálogo com os demais pesquisadores de áreas afins e nos revela a riqueza de dados produzidos em suas pesquisas (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020, p. 3).

De forma resumida, o “Estado do Conhecimento” é entendido como uma metodologia de caráter mais restrito, direcionada à tarefa de inventariar, analisar e descrever a trajetória de estudos em um determinado campo – seja no âmbito regional, nacional ou internacional. Essa abordagem assume um papel significativo ao reunir as produções já existentes, permitindo a divulgação dos resultados obtidos e destacando lacunas que podem servir de base para futuras investigações.

Considerando essa breve reflexão, optou-se pela abordagem do Estado da Arte como base metodológica deste trabalho, justificando-se não apenas pela amplitude e profundidade que oferece ao levantamento bibliográfico, mas também pela possibilidade de promover um diálogo crítico com as produções acadêmicas já existentes sobre o Programa MS Alfabetiza. Entende-se, ainda, que essa abordagem dialoga melhor com o propósito de ampliar as discussões e estabelecer conexões entre diferentes áreas e contextos.

Breve apresentação do objeto de pesquisa

Pretende-se analisar todas as pesquisas que tenham o “Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”, como objeto de estudo ou que, de alguma forma, se relacionem com a temática. Iniciaremos apresentando o programa em questão.

O levantamento de produções acadêmicas foi conduzido por meio de buscas em bancos de dados on-line e em plataformas de universidades localizadas em Mato Grosso do Sul. As fontes utilizadas incluíram a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), bem como o uso do Google Acadêmico como ferramenta de apoio para localização e acesso a artigos científicos indexados em diversas bases de dados. A pesquisa foi realizada utilizando a função de busca avançada.

Para a busca das produções foram empregados descritores como “Programa MS Alfabetiza”; “Impactos do MS Alfabetiza”; “Política educacional”; “Programas e Mato Grosso do Sul”, tanto de forma isolada quanto combinada. Também foram considerados o título e o resumo das produções. A pesquisa foi filtrada pelo período especificado anteriormente, focando na seleção de artigos, teses e dissertações.

Além disso, foram selecionadas fontes documentais que regulamentam as políticas públicas de alfabetização no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul. Esses documentos foram coletados do Diário Oficial da União e do estado de Mato Grosso do Sul.

Por se tratar de uma política pública de alfabetização recente no Estado de Mato Grosso do Sul, o levantamento bibliográfico sobre o MS Alfabetiza revelou uma produção acadêmica ainda incipiente, o que evidencia a necessidade de estudos que analisem seus impactos e desdobramentos."

Criado pela Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021, o Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança é uma iniciativa do Governo de Mato Grosso do Sul, desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação (SED/MS). Voltado ao fortalecimento da aprendizagem na leitura e escrita na idade certa, busca melhorar os indicadores educacionais da rede pública estadual por meio de formações pedagógicas, distribuição de materiais didáticos e adoção de um modelo de governança colaborativa entre estado e municípios.

O programa desempenha um papel central na Rede Estadual de Ensino (REE) e nas redes municipais e os 79 municípios sul-mato-grossenses. A iniciativa também dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo um currículo alinhado com esse documento (Brasil, 2023).

O Programa MS Alfabetiza está estruturado em cinco eixos principais, que orientam suas ações e metas em regime de colaboração entre Estado e municípios: (1) formação continuada de professores e gestores escolares, voltada ao aprimoramento das boas práticas pedagógicas de alfabetização; (2) avaliação externa e acompanhamento dos indicadores de aprendizagem, que permite o diagnóstico e monitoramento do desempenho dos estudantes; (3) fortalecimento da gestão escolar, com foco na eficiência da liderança pedagógica e administrativa das unidades escolares; (4) cooperação e incentivos entre Estado e municípios, por meio de premiações e apoio financeiro como estratégia de estímulo ao bom desempenho; e (5) oferta de material didático complementar, produzido com conteúdos regionalizados produzido por equipes da própria rede estadual (incluindo elementos da fauna, flora e cultura local).

Uma das atualizações mais relevantes do Programa MS Alfabetiza foi sua integração ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Essa adesão fortaleceu o regime de colaboração entre o governo estadual e os municípios, ampliando o alinhamento das políticas de alfabetização.

Essa integração ao CNCA em 2023, expandiu o alcance e investimentos do programa, que atualmente, atende: Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento inicial da leitura e escrita, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, alfabetização na idade certa, 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental, focando na consolidação da alfabetização e no apoio às crianças que ainda não foram alfabetizadas.

Além disso, contou com o apoio da Parceria para Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)², é um programa criado em 2019 pela Associação Bem Comum (ABC)³

² A Parceria para Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) é uma iniciativa coordenada pela Associação Bem Comum (ABC) e pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O programa tem como objetivo apoiar estados e municípios na alfabetização infantil, oferecendo formação de professores, avaliação da fluência em leitura e monitoramento educacional. Atualmente, está presente em 15 estados brasileiros, beneficiando aproximadamente 2,8 milhões de alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental (Associação Bem Comum, 2025).

³ A Associação Bem Comum (ABC) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2018, com o objetivo de apoiar estados e municípios na implementação de políticas públicas voltadas para a alfabetização infantil. Inspirada no modelo do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Ceará, a ABC desenvolve iniciativas como o Educar pra Valer (EpV) e a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), promovendo

com o objetivo de apoiar o poder público estadual na implementação de políticas para melhorar a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco na alfabetização de crianças. O mesmo grupo participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, iniciadas no final dos anos 1990, foi um conjunto de mudanças estruturais para melhorar a “qualidade” do ensino no município e alcançar índices de aprendizagem. Essas reformas incluíram mudanças na forma de contratação de diretores e professores, que passa a ser por meio de processos seletivos rigorosos, adoção de sistemas de supervisão, avaliação e monitoramento em função do alcance das metas estabelecida para essas escolas. O pesquisador da Fundação Getúlio Vargas desde 1995 e conhecedor profundo do caso cearense, Fernando Abrucio:

[...] avalia que há cinco pilares que garantiram esses resultados no estado: continuidade na política apesar de mudanças de governo; envolvimento de múltiplos atores, como sociedade civil local, organismos de pesquisa e fundações empresariais; incentivos para competição entre escolas, mas também (e ainda mais importante) para cooperação entre elas; combinação de profissionais políticos e técnicos; e uma parceria forte entre escolas e secretarias de educação (O Globo, 2023, n. p.).

Já a estruturação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) ocorreu em 2007, quando o governo do Ceará decidiu expandir as práticas bem-sucedidas de Sobral para todo o Estado. O PAIC foi criado com base na experiência de Sobral e se tornou uma política pública estadual voltada para a alfabetização infantil. A reforma educacional de Sobral foi um processo local que inspirou a criação do PAIC, que por sua vez se tornou um modelo de alfabetização para outros municípios do Ceará e até para outros estados brasileiros. Como publicado no site oficial da Associação Bem Comum, 2025:

O grupo executivo da Associação Bem Comum participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando muito acima da média nacional de 5,7 em 2019. Também ajudou a estruturar o programa denominado Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que tinha por objetivo replicar o que deu certo em Sobral nos demais municípios cearenses. Como resultado, o Ideb do Ceará que, em 2005, era 2,8, passou a 6,3, ultrapassando a média brasileira. O grupo de coordenadores é uma equipe com experiência em gestão de escolas no município de Sobral e/ou em programas na Secretaria de Educação do Ceará. Seu trabalho consiste em acompanhar de perto, a partir da interação com as Secretarias Municipais de Educação e de visitas in loco, a implementação das medidas adotadas pelos municípios integrantes dos programas para melhorar os resultados de sua rede. A experiência de Sobral já consolidada e a do Ceará em que o Estado, desde 2007, vem empreendendo uma forte liderança junto aos municípios, dentro de um pacto pela alfabetização das crianças na idade certa, vêm mostrando que é possível melhorar rápido os resultados de aprendizagem, e com equidade (Associação Bem Comum, 2025, n. p.).

formação de professores, avaliação da fluência em leitura e monitoramento educacional. Atualmente, a ABC atua em diversos estados brasileiros, contribuindo para a melhoria dos índices de alfabetização (Associação Bem Comum, 2025, n. p.).

Os programas PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa), criado oficialmente como política pública prioritária do Governo do Estado do Ceará em 2007, embora sua fase piloto tenha ocorrido entre 2005 e 2006, continua em funcionamento e foi ampliado e institucionalizado ao longo dos anos, é considerado um modelo de política educacional baseada em evidências, e inspirou programas nacionais como o PNAIC e o atual Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) de 2023 e o Programa MS Alfabetiza de 2021.

Todos esses programas compartilham princípios estruturantes comuns, embora tenham sido desenvolvidos em contextos distintos (estadual e federal). Quando comparados, refletem um plano de manutenção de uma hegemonia que, além de buscar consensos em torno de conceitos como a “qualidade na educação”, uma questão de interesse público. A busca por essa tão sonhada “qualidade da educação” justifica práticas e ações pouco questionadas como a:

- Padronização de um currículo nacional como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2018 que defini dentro de um contexto de disputa o que deve ou não ser ensinado e determina o tempo que essa aprendizagem deve ocorrer (Galeano; Piatti, 2025b).
- Descentralização da política educacional, que também evidencia a fragmentação da gestão pública no Brasil e operam sob o princípio da colaboração entre União, estados e municípios. E a presença constante e crescente de intuições privadas interessadas e envolvidas na elaboração de Políticas Públicas para a Educação brasileira (Brito; Fernandes, 2022).
- Capacitação docente: reconhece a centralidade do trabalho docente, mas não necessariamente transforma suas condições materiais de trabalho. O professor é tratado como um agente técnico a ser “treinado”, “capacitado” e não como sujeito histórico. A formação continuada, muitas vezes, é desvinculada de melhores salários, estabilidade ou autonomia pedagógica (Almeida, 2023; Galeano *et al.*, 2024).
- Avaliações externas e diagnósticas: o problema não é fazer o uso para medir o desempenho, monitorar ou orientar políticas. O grande incomodo é a ênfase nos resultados que premia os “bons” e puni os “ruins” reforçando uma lógica gerencialista e meritocrática, que pode transformar a educação em um campo de produtividade mensurável semelhante as lógicas de eficiência típicas do mercado (Galeano; Piatti, 2025b).
- Premiações: com o pretexto de incentivar, valorizar as escolas e os docentes, os resultados das avaliações externas fornecem dados para as premiações de boas práticas, prêmios escolas destaque e selo de reconhecimento. Além gerar competição entre as escolas, o desconforto de não estar entre a “melhores escolas” ou as “bem vistas”, coloca em segundo plano a preocupação com as desigualdades sociais e os diferentes desafios enfrentados por diferentes escolas (Galeano; Piatti, 2025a; Galeano; Piatti, 2025b; Viédes; Aranda, 2023).

Nesse contexto percebemos a avaliação ganhado um espaço central e de grande importância, junto com as ações propostas por esses programas têm o fortalecimento e criação de sistemas avaliativos ainda mais complexos, dentro do Programa MS Alfabetiza o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Mato Grosso do Sul (SAEMS⁴), que avalia e monitora o desempenho dos estudantes com objetivo de orientar políticas educacionais.

⁴ Desde 2008, o Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS) tem aplicado avaliações censitárias para monitorar o desempenho dos estudantes da rede estadual e subsidiar políticas educacionais. Antes de sua implementação definitiva, houve edições em 2003 e 2005, avaliando estudantes do ensino fundamental e médio em Língua Portuguesa e Matemática. Com o avanço do sistema, novas faixas etárias e habilidades passaram a ser contempladas, incluindo produção de texto, leitura e matemática. Ao longo dos anos, o SAEMS firmou parcerias, como com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), e ajustou

Em 2024, foram avaliadas as seguintes turmas: ensino fundamental, 2º e 4º anos (redes municipais) e 8º ano, 1º, 2º e 3º anos do ensino médio (rede estadual). Os resultados das avaliações especificamente do 2º ano do ensino fundamental premiaram as Escolas com melhores desempenho, receberam incentivos financeiros para fortalecer suas práticas pedagógicas, enquanto aquelas com resultados mais baixos contam com o apoio de instituições de melhor desempenho, favorecendo a troca de experiências e a implementação de estratégias eficazes (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2024).

O objetivo geral da pesquisa que se pretende orientar pelo levantamento de produção em questão deste estudo é compreender os impactos das ações desenvolvidas pelo Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança sobre o trabalho das escolas melhor avaliadas e das escolas apoiadas. De forma mais específica, busca-se analisar e verificar as estratégias e ações das escolas premiadas para aprimorar os indicadores de qualidade das escolas apoiadas. Para isso, será realizada uma pesquisa de campo que se propõem escutar os sujeitos diretamente envolvidos e impactados pelas ações do programa.

Os questionamentos são inúmeros e, à medida que a pesquisa avança, surgem novas dúvidas e angústias, as quais também são compartilhadas por outras pesquisadoras, como Brito (2022) e Fernandes (2022, p. 34). O programa desperta opiniões diversas, especialmente sobre a regulamentação do Prêmio Escola Destaque constitui um ponto polêmico, exigindo uma análise crítica das ações que estruturam as políticas públicas voltadas à alfabetização e dos programas que buscam consolidá-las. Para Almeida, 2022, torna-se indispensável ampliar o debate e problematizar as relações de poder que atravessam o complexo contexto social em que estamos inseridos.

É necessário analisar todos os pormenores relacionados a este objeto de pesquisa. Para isso, torna-se fundamental realizar uma análise que de conta de olhar para todas as questões que irão suscitar desse objeto de pesquisa. O Estado da Arte, por meio do levantamento das produções científicas, possibilita apontar caminhos e a refletir criticamente sobre o que está posto. A próxima seção apresenta o levantamento dos estudos científicos que, de alguma forma, se relacionam com o Programa “MS Alfabetiza – Todos Pela Alfabetização Da Criança”.

Levantamento de produção: programa “MS alfabetiza – todos pela alfabetização da criança”

Para fundamentar a análise proposta neste estudo, foi realizado um levantamento da produção científica em diferentes plataformas de busca. O programa tem despertado crescente interesse na comunidade acadêmica, sobretudo pelas suas implicações na política educacional de Mato Grosso do Sul.

Para sistematizar os principais objetivos investigativos, os estudos foram organizados em quatro grandes temáticas: formação de professores (três artigos e uma dissertação); análise da trajetória das políticas públicas (uma dissertação e três artigos); práticas pedagógicas de leitura e escrita (um artigo); e avaliações externas (um artigo). Este último também aborda a formação docente, motivo pelo qual foi incluído em duas categorias temáticas.

Quadro 1 – Panorama da Produção Acadêmica sobre Alfabetização em MS

Autor/a	Título do trabalho	Ano da publicação	Local da publicação
CORRÊA, Izabel Carolina Souza	Alfabetização no Brasil e em Mato Grosso do Sul (2000-2024): políticas públicas educacionais e os caminhos da	2025	https://sigpos.uems.br/uems-sigpos/portal/trabalho-arquivos/download/4133

o público avaliado para garantir maior comparabilidade e eficácia das intervenções pedagógicas (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2024).

	implantação e implementação do programa ms alfabetiza		
GALEANO, Maria Inez Domingues; PIATTI, Célia Beatriz.	Formação continuada: uma análise a partir do programa MS Alfabetiza - todos pela alfabetização das crianças.	2025	Olhares & Trilhas, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–17, 2025. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/74888 .
GALEANO, Maria Inez Domingues; PIATTI, Célia Beatriz.	Formação de professores alfabetizadores: avaliação externa na alfabetização do Programa MS alfabetiza - todos pela alfabetização das crianças.	2025	https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/issue/view/975
Rodrigues, G. S. de S. P.	O lugar da literatura infantil humanizadora no programa ms alfabetiza: limites e possibilidades. Revista Brasileira De Alfabetização, (23), 1–13. https://doi.org/10.47249/rba2025830	2025	https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/830/591
CORRÊA, Izabel Carolina Souza	Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança: Implantação e implementação de uma política pública estadual	2024	Artigo: Trabalho em evento (Even3 / XEDIPE)
GALEANO, Maria Inez Domingues et al.	Formação continuada de professores alfabetizadores: módulo I do programa ms alfabetiza - todos pela alfabetização da criança	2024	Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024.
VIÊDES, Silvia Cristiane Alfonso; ARANDA, Maria Alice de Miranda.	A gestão do processo alfabetizador da criança em Mato Grosso do Sul: Programas Tempo de aprender e MS Alfabetiza em foco (2019-2022)	2023	https://periodicos.ufms.br/ Edição v. 1 n. 11 (2023): Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP
ALMEIDA, Clementina de Souza.	A organização do trabalho didático na formação continuada de professores/as: analisando o programa "MS Alfabetiza-todos pela Educação da Criança.	2023	Plataforma Sucupira https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14489053
BRITO, Jéssica da Costa; FERNANDES, Solange Jarcem.	A parceria público-privada nos Programas Educacionais de Mato Grosso do Sul: forma da privatização da educação (2018-2022)	2022	https://doi-org.ez51.periodicos.capes.gov.br/10.35819/tear.v11.n2.a6264

Fonte: Levantamento de produção.

O quadro acima ilustra a crescente produção acadêmica entre 2022 e 2025 sobre o Programa MS Alfabetiza revela um esforço coletivo de pesquisadores em compreender e avaliar os múltiplos aspectos dessa política pública educacional.

Iniciando com a primeira temática que aborda a formação de professores, Domingues Galeano e Piatti (2025; 2024) analisam, entre os anos de 2024 e 2025, diferentes momentos do programa, especialmente os módulos I e II. O estudo busca compreender a concepção do programa, suas propostas formativas e o papel do professor frente a formação continuada e avaliação externa. E chegam à conclusão de que o Programa poderia representar uma possibilidade de recomposição dos prejuízos de aprendizagem no contexto pós-pandêmico. No entanto, sua ênfase recai sobre o desenvolvimento de competências, tanto na formação dos

professores quanto dos alunos, dentro de uma lógica meritocrática. Entre suas iniciativas tem premiações às escolas com melhores resultados nas avaliações externas, o que reforça a competitividade entre as instituições e promove uma gestão educacional voltada à lógica gerencial. E o papel do professor acaba por ser limitado a seguir as etapas propostas das formações, preparar os alunos para atingir bons resultados e disputar pelo reconhecimento por meio do prêmio escola destaque.

Ainda tratando da mesma temática, Almeida (2023), analisa a organização do trabalho didático na formação continuada de professores/as, com a pretensão de responder o seguinte questionamento: o Curso de formação do Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança propõe uma organização do trabalho didático que supera a forma atual do trabalho na escola? A pesquisadora reconhece que o Programa promoveu reflexões sobre leitura e escrita, mas sem garantir mudanças efetivas nas práticas docentes. Apesar das propostas de formação continuada, não há evidências de respaldo científico, parcerias com universidades que fortaleçam a qualificação pedagógica dos professores.

A segunda temática contempla análises sobre a implantação e implementação do programa, com destaque para os estudos de Souza Corrêa (2025; 2024), Viêdes e Aranda (2023) e Brito e Fernandes (2022), que contextualizam o MS Alfabetiza dentro das políticas educacionais do Mato Grosso do Sul.

Em duas produções, Souza Corrêa (2025; 2024) nas quais a autora demonstra preocupação em registrar as ações governamentais relacionadas à implantação e implementação de políticas públicas voltadas ao processo de alfabetização. Com isso, busca contribuir para a historicização da trajetória da alfabetização no estado de Mato Grosso do Sul em especial o Programa MS Alfabetiza.

As pesquisadoras Viêdes e Aranda (2023), trata da gestão do processo alfabetizador da criança em Mato Grosso do Sul, tendo como foco as políticas educacionais desenvolvidas por meio da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e dos programas Tempo de Aprender (federal) e MS Alfabetiza (estadual). A investigação buscando compreender como esses programas moldam o processo de formação de gestores e professores alfabetizadores. Como resultado, concluiu que ambos os programas promovem ações formativas, mas refletem uma concepção gerencialista da gestão educacional, marcada por estratégias de controle técnico-científico e ênfase em lógicas meritocráticas, especialmente no direcionamento das formações e na definição de metas e recompensas escolares.

Por sua vez, Brito e Fernandes (2022), realiza um mapeamento dos programas educacionais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que mantêm parcerias com instituições privadas entre 2018 e 2022, refletindo sobre seus impactos na construção de uma sociedade democrática. O estudo aponta que, embora justificadas pela promessa de melhorar a qualidade da educação, essas parcerias público-privadas transferem poder simbólico e ideológico ao setor privado, que passa a influenciar práticas pedagógicas, formações docentes e a produção de materiais educativos – o que reforça processos de privatização e controle ideológico da educação pública.

Já as práticas de leitura e escrita são abordadas por Rodrigues (2025), a pesquisa tem como foco analisar as práticas de leitura literária infantil na educação infantil, especialmente no contexto do Programa MS Alfabetiza. O estudo busca reafirmar a literatura infantil como direito fundamental e como instrumento para o desenvolvimento das potencialidades humanas, portanto, defende que deveria ser vista como uma política contínua de Estado voltada à educação integral das crianças.

As autoras, Galeano e Piatti (2025), já foram mencionadas anteriormente na temática referente a formação de professores, mas por abordarem também a avaliação externa dentro do Programa MS Alfabetiza, decidimos enfatizar apontando a necessidade de refletir criticamente

para essa proposta de avaliação que segunda as pesquisadoras, gera concorrência entre as escolas, os professores e os estudantes. A avaliação proposta estaria contribuindo para o estreitamento curricular, onde os conteúdos para os testes seriam priorizados.

Esse conjunto de publicações contribui para compreender os diversos aspectos da implantação, implementação e avaliação do programa, revelando olhares complementares sobre sua efetividade, seus limites e possibilidades no processo de alfabetização das crianças sul-mato-grossenses. O Programa MS Alfabetiza tem sido objeto de diversas pesquisas que revelam avanços e tensões na educação de Mato Grosso do Sul. Embora busque recuperar aprendizagens e fortalecer a alfabetização, também adota práticas de controle, meritocracia e parcerias público-privadas que geram contradições e comprometem a autonomia docente, aprendizagem. Os estudos indicam a urgência de uma política alfabetizadora mais democrática, justa e alinhada à realidade das escolas.

Considerações Finais

As produções analisadas abordam o cenário atual da educação pública em Mato Grosso do Sul, transitando entre estudos acadêmicos e análise documental, tanto em contextos regionais quanto nacionais, para alcançar seus objetivos. Inseridas no recorte temporal de 2018 a 2025, as pesquisas investigam os programas, políticas e práticas de formação docente, refletindo os interesses e relações presentes nesses espaços.

Os resultados indicam que, embora os discursos se apoiem na promessa de melhoria da qualidade da educação pública, há forte presença de lógicas meritocráticas, com premiações voltadas às escolas que mais se destacam, desconsiderando as desigualdades sociais e os diferentes contextos educacionais.

Os programas de alfabetização e formação docente são viabilizados por meio de parcerias e convênios com instituições privadas ou organizações sociais, utilizando recursos públicos e sendo apresentados como soluções para os desafios educacionais.

No entanto, como observa Almeida (2023), há sinais de controle sobre o pensamento crítico e a autonomia dos formadores e cursistas, com imposições que orientam detalhadamente a atuação dos professores, configurando uma formação voltada mais à reprodução de ações técnicas do que à emancipação humana.

As análises dos trabalhos encontrados foram fundamentais como ponto de partida para o levantamento de produções com vistas à construção do “Estado da Arte” sobre o objeto de pesquisa. Ainda que esse mapeamento inicial revele contribuições relevantes, percebe-se que há outros aspectos do Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança que merecem ser explorados em estudos futuros.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS MS. **Mato Grosso do Sul mantém ações próprias e reforça compromisso com programa nacional de alfabetização de crianças.** 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-mantem-acoes-proprias-e-reforca-compromisso-com-programa-nacional-de-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 18 maio 2025.

ALMEIDA, Clementina de Souza. **A organização do trabalho didático na formação continuada de professores/as:** analisando o programa "MS Alfabetiza – Todos pela Educação da Criança". 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14489053. Acesso em: 30 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração**. Disponível em: <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao/>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-494316633>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRITO, Jéssica da Costa; FERNANDES, Solange Jarcem. A parceria público-privada nos programas educacionais de Mato Grosso do Sul: forma da privatização da educação (2018-2022). **#Tear**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 11, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35819/tear.v11.n2.a6264>. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/6264>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). **Relatórios de desempenho do SAEMS**. Juiz de Fora: CAEd, 2011. Disponível em: <https://www.caed.ufjf.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

CORRÊA, Izabel Carolina Souza. **Alfabetização no Brasil e em Mato Grosso do Sul (2000-2024)**: políticas públicas educacionais e os caminhos da implantação e implementação do Programa MS Alfabetiza. Campo Grande: UEMS, 2025. Disponível em: <https://sigpos.uems.br/uems-sigpos/portal/trabalho-arquivos/download/4133>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CORRÊA, Izabel Carolina Souza. Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança: implantação e implementação de uma política pública estadual. In: **Formação humana, escola e didática**: lógica instrumental e lógica humanista em disputa. Goiânia: PUC Goiás, 2023. Ebook. Disponível em: <https://www.even3.com.br/ebook/xedipe/722192-PROGRAMA-MS-ALFABETIZA--TODOS-PELA-ALFABETIZACAO-DA-CRIANCA--IMPLANTACAO-E-IMPLEMENTACAO-DE-UMA-POLITICA-PUBLICA>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GALEANO, Maria Inez Domingues et al. Formação continuada de professores alfabetizadores: módulo I do Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 10., 2024, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/110312>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GALEANO, Maria Inez Domingues; PIATTI, Célia Beatriz. Formação continuada: uma análise a partir do Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização das Crianças. **Olhares & Trilhas**, v. 27, n. 1, p. 1–17.

GALEANO, Maria Inez Domingues; PIATTI, Célia Beatriz. Formação de professores alfabetizadores: avaliação externa na alfabetização do Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização das Crianças. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 12, n. 31, p. 281–294, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/pdres.v12i31.22733>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021**. Institui o Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 23 set. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria de Estado de Educação. Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança**. Campo Grande: SED/MS, 2021. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2025.

O GLOBO. **Revolução educacional iniciada há quase 30 anos em Sobral ainda é sonho no país**. Rio de Janeiro, 24 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/09/24/revolucao-educacional-iniciada-ha-quase-30-anos-em-sobral-ainda-e-sonho-no-pais.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2025.

PARCERIA PARA ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO (PARC). **Estratégias para alfabetização infantil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 18 maio 2025.

RODRIGUES, G. S. de S. P. O lugar da literatura infantil humanizadora no Programa MS Alfabetiza: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 23, p. 1–13, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba2025830>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. **Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS)**. Campo Grande: SED/MS, 2024. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

VIÉDES, Silvia Cristiane Alfonso; ARANDA, Maria Alice de Miranda. A gestão do processo alfabetizador da criança em Mato Grosso do Sul: Programas Tempo de Aprender e MS Alfabetiza em foco (2019-2022). **Diálogos Interdisciplinares - GEFPFIP**, v. 1, n. 11, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/gepfip.v1i11.18246>. Acesso em: 30 jul. 2024.